

Inforpress(ão): as disfuncionalidades da propriedade estatal e controlo governamental da agência de notícias

Rui Alexandre Novais¹

Resumo

O artigo versa sobre as implicações da propriedade e financiamento estatais na independência e autonomia das agências nacionais de notícias. Revela que a manutenção da Inforpress na tutela estatal confirma o seu valor estratégico e a lógica subordinada a critérios economicistas em detrimento da eficiência. Num continuum de transição de um modelo de jornalismo autoritário, no período pós-democrático, para a atual propaganda governamental, conclui que a Inforpress não tem sido nem imune à interferência do proprietário, nem independente dos interesses governativos. Por fim, aponta como fator justificativo a concepção enviesada e ultrapassada do modelo de jornalismo para o desenvolvimento, em contraponto e contraciclo com a fase de consolidação democrática em Cabo Verde.

Palavras-chave: Agências de notícias. Inforpress. Propriedade e financiamento estatal. Independência e autonomia da imprensa.

Abstract

This article draws upon the implications of the state ownership and financing upon the autonomy and independence of the national news agencies. It reveals that the continuity of the Inforpress as a state news agency is a result of its strategic value and the economic considerations prevailing over efficiency criteria. Within the transition continuum from an authoritarian journalism model during the early years of democracy in the country to the current governmental propaganda, Inforpress has not been either immune to the proprietorial interference nor independent from the government interests. Lastly, it accounts for the persistence of a biased and outdated notion of development journalism, in counterpoint and counter cycle with the current status of consolidating democracy in Cape Verde.

Keywords: News Agencies. Inforpress. State ownership and media financing. Press Independence and autonomy.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade de Kent (Reino Unido), Professor na Universidade do Mindelo (Cabo Verde) e investigador do CEFH – Universidade Católica Portuguesa (Portugal). Email: rualais@gmail.com.

Introdução

As agências de notícias são um dos mais importantes atores no domínio da informação a nível global, 'grossistas de informação' por excelência (PATERSON, 2007). Não surpreende, portanto, que a literatura existente resultante da investigação académica em torno das agências de notícias tenda a privilegiar o foco da análise justamente nas organizações internacionais e no âmbito global (BIELSA, 2008; e BOYD-BARRETT, 2000). Tal sucede, não obstante as agências de notícias de escala nacional também serem parte integrante desse sistema global e desempenharem um papel igualmente decisivo, ainda que à escala, noutros contextos e em âmbitos diferentes.

Se é verdade que as agências internacionais e nacionais diferem no âmbito e escopo do interesse noticioso, na essência coincidem em termos de alguns dos vectores diferenciadores que conferem a singularidade e o valor estratégico que as caracterizam. Desde logo, a reputação das agências de notícias consiste em grande medida na sua factualidade e fiabilidade (ALLAN, 2010; BOYD-BARRETT, 2010; e BOYER, 2011), a ponto da veracidade do seu conteúdo noticioso não ser por norma questionada (Davies, 2008; e JOHNSTON e FORDE, 2011).

Outro dos aspectos pelos quais são amplamente reconhecidas prende-se com a imediatez do seu produto jornalístico, uma faceta que ganhou um valor acrescido com a introdução do ciclo noticioso de 24/7 (BOYER, 2011; e FORDE e JOHNSTON, 2013) trazendo um ímpeto adicional às agências de notícias. Por fim, para validar o raciocínio em torno das semelhanças, é igualmente expectável que as agências nacionais, tal como que sucede com as globais, estejam enraizadas nas perspectivas, assunções e interesses dos jornalistas, dos gestores e dos interesses dos governos nacionais no poder (RAUCH, 2003: 88).

Porventura as principais diferenças prendem-se com essa última dimensão. Pelo facto das agências nacionais estarem mais relacionadas com a promoção da imagem do país de origem, bem como, os incomparáveis conhecimentos compreensivos da realidade nacional, a rede de sucursais e de contactos estabelecidos no terreno.

Neste contexto, o artigo tem como objectivo contribuir para acelerar o passo lento do desenvolvimento do estudo das agências noticiosas (BOYD-BARRETT, 2013: 339), focando-se num exemplo relevante ainda que por norma historicamente subestimado tanto na literatura nacional e internacional. De facto, se as agências de notícias em geral

são consideradas como um sector escondido do ecossistema mediático, que raramente aparecem no radar dos estudos académicos, o cenário dos textos científicos sobre o caso específico da Agência Cabo-Verdiana de Notícias ou Inforpress (como será preferencialmente designada no âmbito deste artigo) apenas confirma e agrava essa tendência.

Na verdade, a Inforpress foi anteriormente objecto de análise: num período particular da sua fundação até ao final da primeira década do século XXI (CORREIA, 2011); ou, em alternativa, quer integrada no âmbito do intercâmbio ou fluxo informativo entre as agências do Brasil e dos países africanos lusófonos (LISBOA e AGUIAR, 2017), quer diluída no inventário da tipologia das agências do sul global (AGUIAR, 2018). Apesar de assumirem prismas, focos temporais e objectivos distintos do presente estudo, os trabalhos anteriores constituem válidos contributos em termos da contextualização de algumas facetas persistentes da Inforpress.

Para além de contemporizar e aprofundar a análise comparativamente aos contributos anteriores, o presente trabalho assenta no princípio aplicado noutras áreas das ciências sociais da *assemblage* (REESE e SHOEMAKER, 2016: 406). Com vista a capturar fenómenos dinâmicos como os que concernem os da propriedade e controlo no ecossistema midiático, as agências de notícias não devem ser tratadas como estruturas estáticas. Antes, justifica-se acompanhar as recombinações de factores e configurações ao longo do tempo, pelo que o presente estudo pretende aferir a linha de continuidade das disfuncionalidades da Inforpress ao longo do período da democracia até ao presente.

Assim sendo, e de forma distintiva dos anteriores trabalhos, este artigo versa sobre algumas das dimensões relevantes de análise nas agências de notícias num prisma teórico da economia política da mídia. Mais concretamente, constituem objecto de análise duas disfuncionalidades, adaptadas de anteriores estudos ao particular interesse do caso da Inforpress, relativas à propriedade e financiamento da mídia pública e à sua independência ou autonomia do poder político e governamental (BARRERA e APEZARENA 2013; GUYOT, 2009; e BOYD-BARRETT, 2000).

Falar da Inforpress... com propriedade

Nesse domínio específico da propriedade e financiamento estatais, a evolução histórica da Inforpress está umbilicalmente relacionada com as demais mídias públicas de

Cabo Verde. Desde a sua fundação em 1984, ainda designada de Cabopress, e ao longo da sua curta história manteve sempre a propriedade estatal. Mas na maior parte do tempo coexistiu em fusão administrativa, primeiro com a imprensa escrita estatal e, posteriormente, por um curto período com a rádio e televisão públicas.

De fato, em 1997 ocorre a fusão administrativa da Cabopress com o Novo Jornal de Cabo Verde na Inforpress EP e, posteriormente, com a extinção deste com o *Horizonte* até 2007, ano em que se regista a saída estatal dos jornais impressos. Mais recentemente, dá-se a convergência empresarial da agência a Radiotelevisão Cabo-Verdiana e a Inforpress na Radiotelevisão Cabo-Verdiana Inforpress (RTCI), e posterior de-convergência com a separação da Inforpress no ano seguinte (ainda que a reversão só tenha tido efeitos práticos em 2017).

Durante o percurso, a Inforpress manteve muitos dos pressupostos, uma vez que as descrições da época nas diversas fases da existência são de uma atualidade assinalável. Senão note-se. A Cabopress era descrita como sendo totalmente dependente do Estado que, para além de financiar o funcionamento e investimento da empresa, também decidia sobre os seus dirigentes (CORREIA, 2011). Já acerca da Inforpress em 1997, dizia-se que tinha visto reforçado o seu poder e estaria mais livre para agir de uma forma pautada por estatutos próprios, sendo que a tutela dava mostras de querer afastar-se do controlo de conteúdos apesar de ser ainda notória a tentação de se imiscuir na esfera editorial (Santos, 2011).

Por fim, a coincidência das descrições remete para a década de 2000, que alertava para a contingência do *Horizonte* ter literalmente ‘comido’ os recursos humanos e financeiros da agência de notícias, pelo que a Inforpress praticamente tinha desaparecido cada vez mais arrastada para uma posição de menor relevância no contexto da mídia (Santos, 2011). Como o restante do artigo se encarregará de comprovar, a maior parte, senão a totalidade, destas contingências ainda se verifica no figurino atual da Inforpress.

De uma forma geral, a definição do destino da empresa ficou refém dos diferentes elencos governativos. E, em grande medida, à mercê das concepções estratégicas em torno da importância de uma agência de notícias estatal. Não sem ter sido alvo, no entanto, de considerações distintas por parte dos diferentes governos. Os sucessivos executivos em Cabo Verde alternaram entre as possibilidades de alienação, integração

com as demais mídias públicas ou a manutenção na posse estatal a solo (separada das empresas de rádio e televisão).

Aliás, não deixa de ser curioso que distintos governos liderados pelo mesmo partido político tenham divergido relativamente ao rumo da Inforpress. Na realidade, enquanto a orientação do governo de Carlos Veiga (MPD) na década de 1990 consistia em alienar por critérios economicistas (FERREIRA, 2004), atualmente passa pela manutenção sob a alçada da tutela do governo. Tal decisão do executivo de Ulisses Correia da Silva de reestruturar e reposicionar a Inforpress, desta feita e em contraste com o passado de governos do MPD, não assentou em absoluto na prioridade da sustentabilidade e viabilidade financeira do - a extinção consistia na solução financeiramente mais vantajosa do Estudo de Viabilidade de Modelos de Sustentabilidade Económica e Financeira da Inforpress - mas foi conjugada com outras motivações estratégicas (PDCONSULT, 2017).

Entretantes, nos mandatos do PAICV, privilegiou-se igualmente a lógica meramente economicista, tal como ficou evidente na reestruturação do serviço público da mídia em 2015, que resultou no processo a fusão da Radiotelevisão Cabo-verdiana e a Inforpress na Radiotelevisão Cabo-verdiana Inforpress (RTCI). Uma medida anunciada desde 2011 para, de acordo com o então Primeiro-ministro, José Maria Neves, “controlar algumas despesas do Estado” e “racionalizar as estruturas e os custos de funcionamento” (A SEMANA ONLINE, 29/10/2011).

Na verdade, após a convergência e de-convergência com a RTC, o presente das mídias estatais é caracterizado pela colaboração pontual de redações isoladas. Aliás a única consequência efetiva, para além da de adiar uma vez mais a necessária reforma e autonomia da Inforpress, foi a de equiparar os vencimentos dos trabalhadores da agência aos da RTC. Apesar de justa, a medida só serviu para incrementar o esforço do erário público, contribuindo para o agravamento do quadro financeiro da empresa (PDCONCULTING, 2017: 7), sem qualquer melhoria em termos de eficiência.

Em geral, no entanto, o fio condutor dos diversos governos prende-se com considerações economicistas em detrimento da eficiência (DJANKOV et al., 2003). Esse erro histórico dos consecutivos governos nacionais explica, em grande medida, o cenário atual da Inforpress: limitações e insustentabilidade num regime especial de gestão, com diretor de informação interino (desde Julho 2018); dívidas acumuladas elevadas,

deterioração da produtividade nos últimos anos, e com impacto ou relevância baixa a nível da mídia em Cabo Verde (PDCONCULTING, 2017: 7); não tem como meta o critério da qualidade²; entre outras irregularidades detectadas pelas atividades de fiscalização da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC) não estava registada na ARC, muitos dos jornalistas não detinham carteira profissional, sem conselho de redação eleito (ARC, 2018: 16); e com carências tão básicas como a falta de fundo de maneio para a realização de reportagens dos jornalistas da delegação de São Vicente fora da cidade do Mindelo, de baterias (pilhas) para os gravadores na sede ou de acesso à internet na ilha do Maio (INFORPRESS, 2017: 19).

Financiamento vs liberdade da mídia pública

Convirá lembrar desde já que a propriedade da mídia por parte do estado, em contextos como o de Cabo Verde, tem como vantagem o fato de ser uma garantia de sobrevivência financeira. As agências de notícias constituem um exemplo paradigmático em virtude de tradicionalmente não serem sinónimo de uma forma lucrativa de negócio, pelo que dependem de algum tipo de apoio público a fim de garantirem a sua viabilidade (TOUSTRUP e NIELSEN, 2016).

Tal contingência, no entanto, encerra alguns perigos dignos de menção relacionados com o ideal da liberdade de informação na mídia pública. De facto, este artigo avança com a constatação de que a liberdade de informação em Cabo Verde apenas se verifica num dos três pressupostos fundamentais que a caracterizam (STIER, 2015), a saber: a existência das normas legais e constitucionais que protejam o direito de informar.

Contudo, uma coisa é a existência da norma legal da liberdade de imprensa - tal como a que está consagrada na constituição de Cabo Verde – mas outra coisa bem diferente é a sua aplicação ou observância prática. Nesse sentido, e conforme se demonstrará em seguida, a antiga colónia portuguesa parece ser deficitária nos restantes pressupostos fundamentais da liberdade de imprensa. Na verdade, fica aquém das expectativas, quer no que diz respeito à desejável interferência reduzida ou nula da tutela

² 'Inforpress aceita pedido de demissão da Directora de Informação e solicita abertura de inquérito à ARC', *A Nação*, 13/07/2018 disponível em <https://anacao.cv/inforpress-aceita-pedido-demissao-da-directora-informacao-solicita-abertura-inquerito-arc/>.

nas ações comunicativas, quer quanto à independência editorial dos interesses governativos (STIER, 2015).

Tal sucede, em virtude dos detentores de cargos de poder ainda se sentirem desconfortáveis com a ideia de uma imprensa livre, uma vez que os ideais de transparência a ela associados podem ser contrários à consecução dos seus objectivos (ALTSHULL, 1995). Na verdade, nem sempre a defesa da liberdade de imprensa é consentânea com a prossecução dos interesses do governo. Aliás, a medida de secretismo que tradicionalmente pauta as atividades governamentais contrasta com a determinação mediática de publicidade das ações governativas.

Não surpreende, portanto, que a propriedade e o financiamento estatais sejam vistos como podendo afectar a credibilidade da mídia pública enquanto fonte de informação imparcial. Mais ainda, pode ser limitador ou até mesmo incapacitador da mídia enquanto agente de escrutínio e de crítica das ações governamentais (BOYD-BARRETT, 1998: 23). Pior, no extremo pode até mesmo ser capturada pelos interesses governamentais (BESLEY e PRAT, 2006) em virtude dos detentores de órgãos de poder não raro terem interesse em controlar e usar a mídia pública para proveito próprio (GEHLBACH e SONIN, 2014).

Tais condicionantes reduzem a mídia estatal ao cumprimento da função informativa - e sem desprimor pelas demais tais como as de representação e mobilização que, no entanto não são o cerne deste artigo (NOVAIS, 2010b; e McNAIR, 2009) sacrificam outra das mais fundamentais num contexto democrático: a de 'cão de guarda' (*watchdog*) de eventuais desvios ou abusos do poder das autoridades públicas.

Na verdade, o papel da imprensa nas sociedades democráticas relacionado com a defesa do interesse público e da transparência dos processos de governação (SCHUDSON, 2008), confere-lhe um estatuto de contrapoder (PALETZ & ENTMAN, 1981). Em última análise, mídia e democracia retroalimentam-se num processo de mútua dependência e reciprocidade: a democracia serve de garante da liberdade e independência da imprensa, a salubridade da democracia também depende do desempenho das funções informativa e de vigilância de eventuais abusos de poder (STRÖMBÄCK, 2005).

A cabal compreensão deste processo evolutivo da propriedade e financiamento da Inforpress, contudo, deve ser feita adicionalmente à luz da conjugação de um par de

factores interligados. Por um lado, o continuum de transição de um modelo autoritário no período pós-democrático ao serviço do estado, para a informação governamental semi ou pseudo independente ao serviço do governo. Por outro lado, uma concepção imperfeita e enviesada dos ideais do modelo de jornalismo para o desenvolvimento, que condicionam o exercício das funções da mídia pública e perpetuam a Inforpress num instrumento de informação governamental.

Do autoritário no partido único para a propaganda no multipartidarismo

A discussão sobre a responsabilidade social da imprensa, no âmbito deste artigo, implica a análise da independência da mídia sobretudo em relação ao poder político. Adicionalmente, preconiza-se o ajustamento do foco analítico desta questão refinando a ideia de que a independência da mídia deva ser esmiuçada no decurso do contexto ainda mais específico da governação.

Em resultado dessa ressalva, parece inegável a existência de paralelismo partidário (HALLIN e MANCINI, 2011) no período de 1975 a 1991. Num contexto de um sistema 'Partido-Estado' que vigorava na época, o regime adotou um modelo de jornalismo autoritário em que o controlo da informação e da mídia pública era exercido de forma direta pelo partido único dominante, o PAICV (CARDOSO, 1993). Em termos simples, a mídia pública servia o partido do poder instituído.

Entretanto, com a alteração do contexto de governação para o sistema multipartidário e de alternância entre o MPD e PAICV que se prolonga até aos dias de hoje, urge ajustar a descrição para algo que mais se adequa à nova fase da mídia pública de Cabo Verde. Porventura aquilo que melhor caracteriza o período de multipartidarismo no país, é muito mais a noção de paralelismo governamental (adaptando a noção anterior introduzida por Seymou-Ure e celebrizada por Hallin e Mancini), sendo que a imprensa estatal passa a ser controlada e estar sob a esfera de influência do governo. Dito de outra forma, no âmbito da mídia pública e incluindo a Inforpress, verifica-se um paralelismo governamental, na exata medida em que as distintas orientações políticas do executivo – ou propaganda governamental - são refletidos nos conteúdos noticiosos.

No entanto, apesar das diferenças assinaladas, é igualmente notório neste processo algum tipo de transferência ou grau de continuidade do controlo da mídia do período monopartidário para o multipartidário. Em ambos os casos, há pouca tradição da

mídia pública em se assumir como contrapoder, ainda que com uma *nuance* em termos gradativos – passa de impossível durante o partido autoritário único, para improvável com o advento da alternância partidária.

Ora, o acima exposto baseia-se no pressuposto de que nem sempre a função de ‘contra poder’ é exercida de forma efetiva pela mídia, mesmo em contextos democráticos. O controlo sobre a mídia pública é facilitado justamente por serem empresas com maior dependência do estado ou do governo em funções (MESQUITA, 2004).

Ainda que assumindo que as limitações e constrangimentos resultantes da dependência estatal possam ser uma constante ao longo de todo o período democrático em Cabo Verde, convirá clarificar o modo como as interferências ou influências se operacionalizam. Ao invés de instruções explícitas para alterar a orientação editorial ou conteúdos noticiosos, uma prática mais habitual no período do governo de partido único (CORREIA, 2011; e CARDOSO, 1993), as formas de controlo e de influência tendem agora a ser mais subtis.

A persistência de alguns dos fenómenos ao longo dos dois períodos é algo que também se possa verificar (FERREIRA, 2004). Isto porque, à semelhança do que sucedeu no pós-independência, o Estado em Cabo Verde ainda é muito politizado (MATOS, 2011) pelo que existe a tentação de interferência editorial (directa) ou indirecta em termos de uma censura ‘soft’.

Desde logo, uma das formas de controlo celebrizadas na literatura que se verificam em países de imprensa sem censura assumida pelo governo, está relacionada com a dependência das fontes oficiais governamentais (NOVAIS, 2007; BENNETT, 1990, BROWN et al. 1987; SIGAL, 1986; GANS, 1980; e TUCHMAN, 1978). Se por um lado, a prática instituída de conceder a prioridade a fontes oficiais governamentais pode ser justificada pelos critérios jornalísticos de saliência, a sua excessiva dependência ou quase-exclusividade é menos evidenciadora de autonomia e independência do governo.

É curioso relembrar que os pressupostos subjacentes à teoria da indexação (BENNETT, 1990), virtualmente transformam a mídia em megafones das elites governamentais. Esta é uma constatação que mereceu a denúncia pública. Primeiro por parte do Associação de Jornalistas (AJOC), ao expor a “propaganda dos atos dos governos” através dos alinhamentos dos telejornais e a “captura das grelhas” de informação dos órgãos públicos com programas institucionais “feitos pelos gabinetes de

comunicação social dos vários ministérios”³. Uns meses mais tarde, Américo Nascimento, do PAICV, apontou o “domínio total dos espaços noticiosos” pelo governo⁴.

A segunda forma de controlo visa a agenda mediática pública e constata-se pela ausência de notícias de escândalos, isto é, de algum tipo de transgressão grave ou séria dos detentores de cargos governamentais (THOMPSON, 2000: 32). A inexistência de tais denúncias e exposições por parte da Inforpress dos *arcana imperii* ou segredos do poder é reveladora de uma agência de notícias demasiado maleável ao governo que a tutela. Constitui um indício da existência de um pacto informal de secretismo ou *omertà* adaptado à realidade de Cabo Verde (NOVAIS, 2010a). Tal cultura de silêncio, ao invés de catapultar a Inforpress para o estatuto de um verdadeiro ‘quarto poder’, acaba por reduzi-la a um mero porta-voz ou uma extensão do ministério que a tutela (tal como os as denúncias da primeira forma de controlo comprovam).

Outro dos indicadores relevantes do controlo com a qual a Inforpress se depara resulta de a estrutura de governação da agência não ser feita em moldes independentes. Nesse sentido, uma das formas mais comuns de controlo, prende-se justamente com as lideranças. E, em particular, concerne o ritual da nomeação de dirigentes e administradores na base da confiança política.

De facto, muito embora em teoria seja independente em relação ao governo e aos demais poderes políticos, a Inforpress depara-se com limitações em resultado dessa prática recorrente. Bastará referir a título elucidativo o caso recente da nomeação da atual gestora única da Inforpress, apesar de não possuir nenhuma experiência relevante na área da mídia⁵.

É expectável que os nomeados por confiança política sejam, por norma, agentes diretos de influência atuando como amortecedores ou separadores entre os proprietários

³ ‘Carlos Santos acusa Governo de “condicionar jornalistas” com “instrumentalização” e escolha de “comissários políticos”’, *Terra Nova* 15/10/2018 Disponível em <https://terranova.cv/index.php/actualidade/99-sociedade/5080-carlos-santos-acusa-governo-de-condicionar-jornalistas-com-instrumentalizacao-e-escolha-de-comissarios-politicos>.

⁴ ‘Abraão Vicente teve “grande menosprezo” por jornalistas do sector privado’, *Expresso das Ilhas* 20/12/2018 disponível em <https://expressodasilhas.cv/politica/2018/12/20/abraao-vicente-teve-grande-menosprezo-por-jornalistas-do-sector-privado/61525>.

⁵ ‘Jacqueline de Carvalho é a nova gestora única da Agência Cabo-verdiana de Notícias Inforpress, *RTC* 07/10/2017 disponível em <https://www.inforpress.publ.cv/jacqueline-de-carvalho-e-a-nova-gestora-unica-da-agencia-cabo-verdiana-de-noticias-inforpress/>.

e os jornalistas, na defesa dos primeiros. A atestar esta mesma expectativa, surge o exemplo excepcional ou raro da renúncia do cargo da ex-diretora de informação da Inforpress, Sandra Inês Cruz, poucos meses após a entrada em funções. A decisão teve por base tentativas de intromissão da direção de administração nas atividades da redação da agência. Designadamente “pressão” para que, independentemente do seu parecer, se enviasse jornalistas da Inforpress para a cobertura de atos “sem utilidade alguma”, ao arrepio dos critérios jornalísticos⁶.

Não deixa de ser curioso a este respeito constatar que, ao invés do que sucedeu aquando da sua admissão, que a agência noticiou, não seja possível encontrar nem nos motores de pesquisa nem na busca no site da Inforpress qualquer referência à demissão. Em virtude das circunstâncias, pode constituir um indício adicional da segunda forma de controlo governamental, atrás enunciada, relacionada com o silenciamento de notícias negativas.

No mesmo diapasão, e para dissipar qualquer tipo de dúvidas, o presidente da AJOC, Carlos Santos, classificou tal prática de escolha de “comissários políticos” ao referir-se à nomeação dos membros do conselho de administração das empresas públicas da mídia⁷.

A confirmação das tentações e tentativas de controlo governamental na mídia pública comprova-se também noutras denúncias que emergem na arena pública nacional. A atestá-lo bastará referir alguns exemplos ilustrativos, os mais recentes, oriundos quer do maior partido da oposição, quer da AJOC.

A deputada Paula Moeda, do PAICV, alertava para “reiterada tentativa de condicionar a comunicação social” e a “relação tensa de Abraão Vicente com os jornalistas” a quem acusa de ser o “ministro de Propaganda do governo e não uma tutela

⁶ 'Inforpress aceita pedido de demissão da Directora de Informação e solicita abertura de inquérito à ARC', *A Nação*, 13/07/2018 disponível em <https://anacao.cv/inforpress-aceita-pedido-demissao-da-directora-informacao-solicita-abertura-inquerito-arc/>.

⁷ 'Abraão Vicente considera “ofensivas” as declarações do presidente da AJOC e afirma que o Governo não está nas redacções', *Tiver* 16 outubro 2018 disponível em <https://tiver.cv/index.php/noticias/em-destaque/3321-abraao-vicente-considera-ofensivas-as-declaracoes-do-presidente-da-ajoc-e-afirma-que-o-governo-nao-esta-nas-redaccoes>.

da comunicação social de um regime democrático”⁸. Já antes o mesmo partido denunciara a visível “ingerência do Governo na esfera editorial dos órgãos públicos da comunicação social”⁹.

Mais além da retórica político-partidária, sucederam-se as denúncias públicas por parte de jornalistas que confirmavam as tentativas de controlo e de constrangimento da mídia pública em Cabo Verde. A este respeito, a AJOC acusava em 2017 o Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas de mais uma “tentativa de instrumentalização do sector público da comunicação social cabo-verdiana” com “a ingerência sobre a transmissão” e “indicações diretas das reportagens que devem ser feitas pelos jornalistas” aquando da cobertura televisiva do Carnaval do Mindelo.

Confrontado com as reações a essa interferência nos conteúdos da emissora pública, Abraão Vicente justificou-se com “a existência de um novo modelo de negócios para TCV” e “reafirmou a sua intenção de gerir diretamente a empresa”. O ministro assumiu que por ser “parte do seu Ministério em vez de um órgão público independente” considerava ser da “sua competência dar orientações diretas para a formação dos conteúdos dos órgãos públicos e supervisionar o trabalho dos profissionais”. A AJOC denunciou “esta atitude de permanente confrontação, desrespeito pela classe jornalística, violação de princípios constitucionalmente e legalmente consagrados, ameaças veladas e diretas, tentativas da desestabilização, assédio moral e apoucamento dos profissionais do jornalismo cabo-verdiano, que o Ministro Abraão Vicente vem demonstrando desde que assumiu o cargo”¹⁰.

Ultimamente, para além de expor a escolha de “comissários políticos” para a gestão da RTC e da Inforpress e a “intromissão” do conselho de administração da RTC na

⁸ ‘Comunicação social e cultura em debate na Assembleia Nacional’, *Expresso das Ilhas*, 13/02/2019 disponível em <https://expressodasilhas.cv/politica/2019/02/13/comunicacao-social-e-cultura-em-debate-na-assembleia-nacional/62340>.

⁹ ‘PAICV posiciona-se sobre a recusa do Governo em dotar a Provedoria de Justiça de Recursos para o melhor funcionamento e demarcar-se do acordo assinado entre a INFORPRESS e o INE’, *PAICV* 20/12/2018 disponível em <http://paicv.cv/paicv-posiciona-se-sobre-a-recusa-do-governo-em-dotar-a-provedoria-de-justica-de-recursos-para-o-melhor-funcionamento-e-demarcar-se-do-acordo-assinado-entre-a-inforpress-e-o-ine/>.

¹⁰ ‘AJOC tenta barrar “assalto” de Abraão Vicente à liberdade de imprensa’, *Mindelinsite*, 02/03/2017 disponível em <https://mindelinsite.cv/ajoc-tenta-barrar-assalto-de-abraao-vicente-a-liberdade-de-imprensa/>.

esfera editorial das rádios e televisão públicas, Carlos Santos revelou ainda a prática da “censura em toda a linha”¹¹.

A conveniência de um modelo de jornalismo ultrapassado

Um dos factores que potenciam o controlo amplamente atrás descrito, está relacionado com a persistência de uma aceção restrita e específica do modelo de ‘jornalismo para o desenvolvimento’ por parte das autoridades governamentais¹². Em termos simples, a noção inicial desse modelo de jornalismo defendia que a mídia pública não só deve desconsiderar eventuais más práticas governativas, como deve atuar como aliado das autoridades na prossecução dos objectivos e interesses nacionais.

Na verdade, tal versão inaugural do modelo de jornalismo para o desenvolvimento ganhou protagonismo numa fase primordial relacionada com os ideais das elites pós-coloniais. Visava, na altura, contribuir para quebrar os laços do tradicionalismo, adoptando valores e práticas modernas (MELKOTE, 1991: 24-29). Neste contexto ideológico de imprensa revolucionária, a função da mídia consistia em forjar a identidade e união nacionais, fomentar o desenvolvimento económico e promover a literacia e educação social. No extremo, admitia alguma medida de crítica construtiva (WILCOX, 1975: 24).

Quase três décadas após a independência, essa concepção do modelo de jornalismo para o desenvolvimento parece ainda persistir em Cabo Verde, muito distante da lógica entretanto adoptada noutras democracias em transição e consolidadas. A nova aceção o jornalismo para o desenvolvimento subentende-o enquanto empreendimento intelectual em que os profissionais da mídia constituem uma inteligência livre e examinam de forma crítica os objectivos nacionais, sem constrangimentos sociais e ao serviço do interesse público e não de de uma particular elite de governantes (WIMMER e WOLF, 2005).

¹¹ 'AJOC acusa Governo de condicionar jornalistas e instrumentalizar a comunicação social', Santiago Magazine 15/10/2018, disponível em: <https://www.santiagomagazine.cv/index.php/sociedade/1997-ajoc-acusa-governo-de-condicionar-jornalistas-e-instrumentalizar-a-comunicacao-social>.

¹² A missão associada com desenvolvimento ainda admitida publicamente em 2018 pela gestora única da agência Inforpress, pelo papel “relevante na consolidação do processo democrático e desenvolvimento de Cabo Verde”, disponível em <https://dtudo1pouco.com/inforpress-solicita-a-arc-abertura-de-um-inquerito-para-averiguar-as-alegadas-interferencias-nos-conteudos-informativos/>.

A insistência conveniente num modelo de jornalismo ultrapassado, é mais séria quando sustentada numa lógica de paternalismo indulgente, assumindo os cidadãos em Cabo Verde como sendo imaturos e a classe jornalística como estando despreparada para uma nova fase (PADOVANI, 2005). Acima de tudo, por ser o objecto de análise deste artigo, essa disfuncionalidade resultante da noção *démodé* de jornalismo para o desenvolvimento dos governantes em Cabo Verde impacta sobre a Inforpress. Na prática e à semelhança de outros contextos, tal noção restritiva do jornalismo para o desenvolvimento revela-se como um *álibi* conveniente para um efetivo controlo governamental (NHANALE, 2014).

Considerações finais

Tal como enunciado anteriormente, dentre as várias abordagens possíveis no domínio da economia política da mídia, as considerações que especificamente interessam no âmbito deste artigo prendem-se com as implicações resultantes da propriedade e financiamento estatais na independência e autonomia da agência de notícias nacional de Cabo Verde.

A análise diacrónica da propriedade da Inforpress aqui encentada (desde sua fundação enquanto Cabopress) é reveladora da determinação dos diversos governos democráticos de Cabo Verde – com a exceção das reservas evidenciadas durante o mandato de Carlos Veiga - em manter a agência de notícias nacional sob a tutela estatal. Mesmo que tal implique suportar os custos inerentes ao seu (mau) funcionamento, algo que valida o pressuposto de que a propriedade governamental da mídia é por norma pautada por considerações e critérios economicistas em detrimento da eficiência (DJANKOV et al., 2003).

No decurso da sua história, contudo, a Inforpress sofreu diversas derivações. Num período inicial e durante grande parte da sua existência, foi objeto de fusão com distintos títulos da imprensa escrita estatal. Há pouco tempo, e em menos de um ano - pelo que constituirá certamente um caso singular na literatura científica global das agências de notícias - a Inforpress passou por um processo de convergência e de-convergência empresarial com a televisão e a rádio públicas, em resultado das diferenças ideológicas e de políticas públicas por parte de dois governos sucessivos liderados por diferentes partidos políticos.

Acima de tudo, o presente estudo de caso permite comprovar a *raison d'être* de uma das preocupações históricas no estudo da mídia relacionada com o impacto da propriedade no controlo e interferência dos poderes políticos e governamentais. Destarte a existência de um dos fundamentos da liberdade de imprensas - as normas legais e constitucionais que protegem o direito de informar - a Inforpress não tem sido nem imune à interferência do proprietário, nem independente dos interesses governativos. Depois da fase de paralelismo partidário e de jornalismo autoritário no período pós-democrático ao serviço do partido único dominante, transitou para um período de paralelismo governamental, ainda sobre o controlo e a esfera de influências dos sucessivos executivos.

A comprová-lo, o artigo apresenta evidência de diversos tipos de controlo, constrangimentos e influência recentes da Inforpress. Desde a tendência de dependência ou indexação excessiva de fontes oficiais governamentais, passando pela existência de um pacto informal de cultura de silêncio relativo ao noticiamento de escândalos ou transgressões dos membros do governo, até à nomeação de administradores ou gestores na base da confiança política que asseguram a correspondência entre a agenda governamental e o conteúdo editorial da Inforpress.

Como se isso não bastasse, são de alguma forma recorrentes críticas á tutela, bem como, denúncias de diferentes formas de condicionamento, ingerência, e censura governamentais. O mesmo objectivo de controlo por parte do governo justifica a teimosa persistência de uma concepção enviesada e ultrapassada do modelo de jornalismo para o desenvolvimento, algo que se revela desproporcionado dos ideais atuais de liberdade de informação dignos de uma democracia em fase de consolidação.

Em suma, o caso da Inforpress valida dois pressupostos da literatura (Boyd-Barrett e Rantanen, 1998). Por um lado, que o relacionamento das agências de notícias nacionais com as autoridades governamentais assume contornos sensíveis e delicados. Por outro lado, confirma a existência de uma atração das autoridades no sentido de instrumentalização das agências em virtude da importância estratégica da informação noticiosa.

Ironicamente, a necessidade de propriedade e financiamento por parte do estado, constitui ao mesmo tempo (quase) a única garantia de viabilidade da agência de notícias

e a principal disfuncionalidade da Inforpress, algo que a converte em subordinada e seguidista ou numa espécie de ‘cadela de colo’ do governo.

Referências

AGUIAR, Pedro. **Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação – Faculdade de Comunicação Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

ALLAN, S. **News culture**. McGraw-Hill Education, 2010.

ALTSHULL, H. **Agents of Power - the media and public policy**. New York: Longman. 1995.

AUTORIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Relatório de Regulação 2017**, 2018. Disponível em http://www.arc.cv/arquivos/relatorios/REL_REGULACAO_VI_2017.pdf <acesso 12, Março 2019.

BARRERA, C., e APEZARENA, J. In Democracy As in Dictatorship: Government Pressures on the Spanish Private News Agency Europa Press. **The International Journal of Press/Politics**, 18,2, p. 188–207, 2013.

BENNETT, W.L. Toward a Theory of Press–State Relations in the United States. **Journal of Communication**, 40, p.103–25, 1990.

BESLEY, Timothy e PRAT, Andrea. Handcuffs for the grabbing hand? Media capture and government accountability. **American Economic Review**, 96, p. 720-736, 2006.

BIELSA, E. The pivotal role of news agencies in the context of globalization: a historical approach. **Global Networks**, 8,3, p. 347-366, 2008.

BOYD-BARRETT, O. Multinational news agencies. In: ENDERWICK, Peter **Multinational Service Firms** (RLE International Business), London: Routledge, p.123-147, 2013.

_____. (Ed.). **News agencies in the turbulent era of the internet**. Generalitat de Catalunya:Government of Catalonia. 2010.

_____. National and International News Agencies: Issues of Crisis and Realignment. **Gazette** 62,1, p. 5–18, 2000.

_____. Global news agencies. In: BOYD-BARRETT, O. e RANTANEN, T. (eds). **The globalization of news**, London: Sage, p. 19–34, 1998.

BOYD-BARRETT, O., e RANTANEN, T. (Eds.). **The globalization of news**, London: Sage, 1998.

BOYER, D. News agency and news mediation in the digital era. **Social Anthropology**, 19,1, 6–22, 2011.

BROWN, J. D., BYBEE, C. R., WEARDEN S. T., e STRAUGHAN D.M. Invisible Power: Newspaper News Sources and the Limits of Diversity", **Journalism Quaterly**, 64: 45-54
Brown, J. D., Bybee, C. R., Wearden, S. T., & Straughan, D. M. (1987). Invisible power: Newspaper news sources and the limits of diversity. *Journalism Quarterly*, 64,1, p. 45-54, 1987.

CARDOSO, H.. **O Partido Único em Cabo Verde: um assalto à esperança**, 1993, Praia:Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.

CORREIA, J. M. **Da Cabopress à Inforpress SA 1988-2011, duas décadas de jornalismo: um novo começo**. Lisboa: JM Edições, 2011

DAVIES, N. **Flat earth news**. London, UK: Chatto & Windus, 2008.

DJANKOV, S., MCLIESH C., NENOVA T., e SHLEIFER. A.. Who owns the media? **Journal of Law and Economics**, 46, 341-381, 2003.

FERREIRA, I. L. Mal-estar em tempo de transição: Jornalistas e governantes em Cabo Verde, 1991-1998, **Lusotopie** 11, p. 295-313, 2004.

GANS, H. J. **Deciding What's News: A Study Case of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York: Vintage Books Edition, 1980.

GUYOT, J. Political-economic factors shaping news culture, In: PRESTON, P. **Making the news: journalism and news cultures in Europe**. London:Routledge, p.135-149, 2009.

HALLIN, D. C. e MANCINI, P. (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**, Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FORDE, S., e JOHNSTON, J. The news triumvirate. **Journalism Studies**, 14,1, p. 113–129, 2013.

GEHLBACH, S., e SONIN, K. Government control of the media, **Journal of Public Economics** 118, p. 163-171, 2014.

INFORPRESS, **Relatório e Contas 2017**, disponível em <https://www.inforpress.publ.cv/download/relatorio-de-gestao-2017/> <acesso 13, Janeiro 2019

JOHNSTON, J., e FORDE, S. The silent partner: News agencies and 21st century news. **International Journal of Communication**, 5, p. 195–214, 2011.

LISBOA, J., e AGUIAR P. Circulação de notícias no espaço lusófono: intercâmbio jornalístico entre agências de notícias do Brasil e dos PALOPs, **Brazilian Journalism Research** 13, 3, p. 12-35, 2017.

MATOS, C. Media and Democracy in Brazil. **Westminster Papers in Communication and Culture**, 8, 1, pp.178–196, 2011.

MCNAIR, B. Journalism and Democracy. In: WAHL-JORGENSEN, K. e HANITZSCH, T. **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009.

MESQUITA, M. **O Quarto Equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea**, 2a ed., Coimbra: Minerva, 2004.

MELKOTE, S. R. **Communication for development in the Third World: Theory and practice for empowerment**, Thousand Oaks: Sage Publications, 1991.

NHANALE, E. Sistema dos Media em Moçambique: uma análise do mercado da imprensa, radiodifusão pública e da profissionalização. In: CUNHA, I. e SERRANO, E. **Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais**. Lisboa: Aletheia Editores: 247-259, 2014.

NOVAIS, R. A. **News Factors in International Reporting**, Lisboa: Media XXI, 2010a.

_____. The full repertoire: news and press management vs. media watchdog, **Westminster Papers in Communication and Culture**, 7, 2, p.51-69, 2010b.

_____. National Influences in Foreign News: Assessing the British and Portuguese press coverage of the Dili Massacre. **International Communication Gazette**, 69, 6, p. 553-573, 2007

PADOVANI, C. **A Fatal Attraction: Public Television and Politics in Italy**, Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

PALETZ, D. e ENTMAN, R.M. **Media, power and politics**. New York: The Free Press, 1981.

PATERSON, C. International news on the Internet: Why more is less. **Ethical Space: International Journal of Communication Ethics**, 4,1/2, p. 57–66, 2007.

PDCONSULT. 'O futuro da INFORPRESS – Agência Cabo-verdiana de Notícias - Que cenários?'. 2017, disponível em Relatório-de-Consultoria-Versão-FINAL-14mar2017.pdf acesso em 13, Janeiro 2019.

RAUCH, J. Rooted in Nations, Blossoming in Globalization? A Cultural Perspective on the Content of a “Northern” Mainstream and a “Southern” Alternative News Agency, **Journal of Communication Inquiry** 27,1, p. 87–103, 2003.

REESE, S. D. e SHOEMAKER P. J. A Media Sociology for the Networked Public Sphere: The Hierarchy of Influences Model. **Mass Communication and Society**, 19,4, p. 389-410, 2016.

SANTOS, C. Texto de apresentação do livro "**Da Cabopress à Inforpress - Duas Décadas de Jornalismo**", 2011, disponível em <http://kriolradio.blogspot.com/2011/11/da-cabopress-inforpress-duas-decadas-de.html> <acesso em 13, Janeiro 2019.

SCHUDSON, M. News and democratic society: past, present, and future, **The Hedgehog Review** 10, p. 7 – 21, 2008.

SIGAL, L.V., Sources that Make the News. In: MANOFF R.K. e SCHUDSON M. (eds) **Reading the News**. New York: Pantheon Books, pp. 9–37, 1986.

STROMBÄCK, J. In Search of a Standard: four models of democracy and their normative implications for journalism. **Journalism Studies**, 6, 3, p. 331-345, 2005.

STIER, S. Democracy, autocracy and the news: the impact of regime type on media freedom, **Democratization** 22, 7, p.1273-1295, 2015.

THOMPSON, J. B. Political scandal: power and visibility in the media age. **Polity Press**, Cambridge, 2000.

TOUSTRUP, M. e NIELSEN, P. E. **Changing Media Landscapes in Transitional Countries - Handbook on Mapping Media Landscapes, International Media Support (IMS)**, 2016. Disponível em <https://www.mediasupport.org/wp-content/uploads/2016/12/Handbook-Libya-Media-Mapping-Final-Aug-3-MT.pdf> <acesso 5, Fevereiro 2019.

TUCHMAN, G. **Making News: A Study in the Construction of Reality**, New York: Free Press, 1978.

WILCOX, D.L. **Mass media in black Africa: Philosophy and control**. New York: Praeger, 1975.

WIMMER, J. e WOLF, S. Development journalism out of date? An analysis of its significance in journalism education at African universities', in **Elektronische Publikationen der Universität München, Kommunikations- und Medienforschung**, Münchener Beiträge zur Kommunikationswissenschaft, 3, 2005.

Recebido em: 28/03/2019.

Publicado em: 23/07/2019.